

Além das fronteiras: a migração francesa e o comércio de livros no Brasil Império (1830-1840)

Danielle Christine Othon Lacerda¹

Introdução

A proposta desta comunicação refletir a construção da identidade nacional na primeira metade do século XIX, partindo da ótica da imigração francesa para a cidade imperial, o Rio de Janeiro. Sob a ótica das transferências culturais, que pressupõe trocas culturais mediante a circulação de bens culturais e mercadorias por meio das pessoas em seus deslocamentos, desviamos o foco da pesquisa para o papel social dos livreiros franceses que imigraram para o Brasil e suas livrarias.

A iniciativa joanina que resultou na abertura dos portos às nações amigas na primeira década do Oitocentos, motivou a imigração de inúmeros europeus de diferentes nacionalidades com vistas de um mercado promissor para estabelecer seus negócios e, para outros, começar uma nova vida. Dentre estes, salienta-se a imigração de franceses e as fortes marcas que deixaram impressas nos comportamentos e no imaginário da sociedade fluminense. Embora o fluxo da imigração francesa não seja tão representativo em números, as marcas culturais deixadas pelos franceses é ponto de destaque apontada por vários estudiosos, dentre estes o sociólogo Gilberto Freyre.

Em seu estudo histórico-social sobre o papel do engenheiro francês Louis Léger Vauthier na capital da província de Pernambuco, Freyre (1940, p. 16) destaca a influência francesa “da técnica, indústria e da arte comercial” em Pernambuco, reconhecendo o papel de Vauthier entre outros engenheiros, não apenas como “agentes técnicos, mas também representantes da cultura francesa”, assim como a influência da técnica francesa em outros ofícios. Cabe destacar que Freyre escreveu sua obra um olhar da sociologia do início do século XX, e para isto, convém esclarecer que o sentido de influência difere da perspectiva das transferências culturais.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada PPGHC/ UFRJ. Bolsista Capes.

Para os criadores do conceito de “transferências culturais”, Michel Espagne e Michel Wagner (1988), os deslocamentos humanos provocam a circulação de objetos culturais, que intencionalmente ou não, as sociedades receptoras se apropriam conforme seus próprios interesses. Distancia-se, portanto, do sentido de influência como imposição de uma “cultura dominante” ou uma mera cópia da cultura, favorecendo a noção de trocas culturais, em face às apropriações criativas, como a construção de novos significados².

Se para Freyre (1940, p. 16-17), a aclimatação do conhecimento técnico francês, mediante os “agentes técnicos” deve considerar outros especialistas como “cozinheiros e padeiros”, além dos engenheiros, já que “eles também difundem cultura e modificam paisagens sociais”, não seria demais incluir neste rol os livreiros franceses nos principais centros urbanos, que com seu conhecimento técnico e especializado sobre os meandros do comércio de livros predominam sobre as práticas comerciais locais.

Como mediadores culturais³, os proprietários de lojas de livros marcaram seus negócios como centros de congregação de intelectuais, políticos, estudantes e todos aqueles que desejavam estar a par das últimas novidades literárias, dos debates políticos difundidos nos periódicos, de obras sobre as novidades técnicas do progresso, e que os livreiros especialistas intelectuais capazes de atender aos interesses de seus clientes. Com os estoques atualizados de obras vindas direto da Europa, mantinham a loja como espaço público destinado ainda ao encontro de conhecidos, que entabulavam uma prosa rápida ou em durante as reuniões noturnas (GRANJA, 2016).

Na pesquisa que se segue, dirigimos nossa análise para um dos períodos mais conturbados do Brasil Império, representado pelas intensas agitações políticas do Período Regencial até a primeira década do governo do jovem D. Pedro II. O rompimento com Portugal importava mais preservar o sistema tradicional segundo os interesses das elites dominantes e assim garantir a liberdade comercial e a autonomia administrativa. Contudo, as intensas disputas entre moderados e liberais pelo domínio político nas Regências, não

² Sobre a noção de apropriação, cf. CHARTIER, Roger. *Práticas e Representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

³ De modo simplificado, a expressão “mediadores culturais” foi utilizada por Michel Espagne e Michel Wagner para designar aqueles indivíduos ou grupos, que em seus deslocamentos, atuam como agentes de difusão de bens e ideias possibilitando trocas culturais com as sociedades de destino e de passagem. Cf: ESPAGNE, Michel. *La notion de transfert culturel*. *Revue Sciences/Lettres*, 1 | 2013, 01 mai. 2012. Acessado em: 29 out. de 2017. Disponível em: <http://rsl.revues.org/219>.

foram acalentadas com a coroação antecipada de Pedro II em 1840. As revoluções que eclodiram nesta década indicavam a importância em firmar a hegemonia do Império (COSTA, 2010).

Assim, o governo imperial envolvido com necessidade de pacificar a nação assim como de manter as fronteiras nacionais, crescia o desejo de criar signos representativos de uma identidade nacional necessária para unificar as diferenças existentes entre os grupos sociais e culturais. Neste intuito, a elite intelectual e política havia se debruçado no projeto de construção de uma história nacional que identificassem a nação com um passado comum e com os princípios de progresso e civilidade. Sob estas bases a literatura nacional ganha corpo, e tem no papel intelectual e político de José de Alencar seu principal representante nas décadas seguintes (RICUPERO, 2004).

Refletir sobre a construção da identidade nacional é seguir além dos conflitos inerentes às delimitações espaciais. O estabelecimento de territórios pressupõe o encontro, entre disputas e conflitos, de uma multiplicidade cultural de diferentes grupos que convivem em um mesmo espaço territorial. Estudiosos que se debruçaram sobre o conceito de nação perceberam que definir o sentido de identidade nacional não é uma das tarefas mais fáceis. As teorias generalistas sobre nação geram uma polissemia conceitual, que por vezes, criam contradições (GELLNER, 1993; HOBSBAW, 1990, ANDERSON, 2008).

Para Benedict Anderson (2008), como produtos culturais, a nacionalidade e o nacionalismo devem ser analisados com vistas à sua própria historicidade. Neste caldo polissêmico, Anderson (2008) apresenta a ideia de nação como uma "comunidade política imaginada" que combina elementos dos conceitos objetivos com voluntarista e se traduz em um conceito de nação mais abrangente. A nação seria uma relação entre sujeitos mantida politicamente e legitimada por um modo de pensar em que o próprio sentido de comunidade, se traduz em uma relação por afinidade, encontra-se com a política e a ação racional, construindo-se sob os auspícios de uma rede de interesses imposta por uma determinada violência simbólica. Neste sentido, ao interpor o conceito de nação com a ideia de criação (comunidade imaginada), Anderson (2008) distancia-se do sentido de invenção, que mais se aproxima de práticas de manipulação.

O caráter fragmentário dos fenômenos culturais e sociais inerentes ao sentido de nação confere um caráter ideológico presente na construção da identidade nacional, como

aponta por Anthony Smith (2009). Para este autor, um dos grandes agentes da construção nacional são a imprensa e o mercado editorial detentores do poder de difundir ideias.

Este caráter dominante da imprensa e dos agentes do mercado editorial é nosso fio condutor para refletir sobre o papel dos livreiros franceses, quando se discutiam as bases históricas, sociais e culturais concernentes ao projeto de nação. Partimos do pressuposto de que as livrarias eram espaços privilegiados de circulação de ideias, enquanto os livreiros detentores de saber especializado, abastecia a elite letrada sobre o pensamento político liberal, liberdade de imprensa e modelo de civilidade sob bases francesas. Como interlocutor entre o Brasil e a Europa, uma vez que as livrarias eram abastecidas com livros provenientes dos principais portos europeus, como Harvre, Lisboa e Londres (OZÂNGELA, 2009).

Assim, esta comunicação apresenta uma reflexão sobre os deslocamentos de imigrantes franceses para o centro político e administrativo do Império, o Rio de Janeiro no período de 1830 a 1840 sob a perspectiva dos franceses que se dedicaram ao comércio de livros e o seu papel diante do processo de construção da nação brasileira nas primeiras décadas do século XIX. Partindo das pesquisas do doutoramento em andamento, direcionamos nosso olhar para as seguintes questões: qual o papel social dos livreiros franceses que se estabeleceram na Corte durante o processo de construção da identidade nacional brasileira? E, como estes livreiros eram percebidos pela sociedade letrada fluminense?

Para tal empreendimento, dividimos esta comunicação em três partes. Inicialmente traçamos um panorama do Brasil como ponto de atração de imigrantes europeus para compreender como uma nação de paradoxos alicerçados na relação entre o pensamento liberal e o escravismo, tornava-se um centro promissor para estrangeiros europeus. Em seguida, abordamos o desenvolvimento do comércio de livros no Rio de Janeiro, com destaque para a atuação dos livreiros Louis Mongie, Justin Cremière e Baptiste-Louis Garnier, para em seguida, refletir sobre o papel da livraria como espaço de sociabilidade e local privilegiado para os debates atuais. Com isto, nossa intenção é levantar algumas questões relevantes para que o debate seja aprofundado em pesquisas futuras.

Brasil, terra promissora para imigrantes franceses

As transformações urbanas na cidade fluminense demandadas pelo estabelecimento da família real portuguesa e sua corte em 1808, atraíram estrangeiros que pudessem suprir a oferta de produtos e serviços necessários ao cotidiano destes novos habitantes. Mesmo com o estreitamento relação com os franceses, a migração francesa não se destacou pelo volume de imigrantes, como apontam Lessa e Suppo (2009) ao concluir que do total de 3,6 milhões de imigrantes no Brasil no período de 1820 e 1920, apenas 30,5 mil eram franceses.

Boa parte desta imigração era "entradas alternadas e espontâneas, em circunstâncias particulares, por meio de movimentos temporalmente distintos" (MARTIN, 2009, p. 27). Várias foram as razões que motivaram a vinda de franceses desde o século XVI, como a exploração de um novo mundo, as pesquisas científicas, a busca pelo exótico e pela aventura difundidos pelo imaginário popular na Europa, diásporas políticas e religiosas e, em alguns casos pontuais, acordos bilaterais para colonização de regiões despovoadas e para mão-de-obra. Para Mialhe (2009), o processo de emigração francesa destaca-se pelo caráter individualista, notadamente nos momentos de crise política.

A primeira leva considerável do deslocamento de franceses decorreu da fase do Terror que levaria ao exílio centenas de nobres e opositores ao regime revolucionário. Com a derrota de Napoleão e o restabelecimento da monarquia, observa-se uma segunda leva de migrantes, resultado do ambiente de perseguição instaurado pelo rei de França e Navarra, Carlos X, que havia assumido o trono em 1824, logo após a morte do seu irmão Luis XVIII. A atitude conservadora do rei Carlos X caracterizada por um resgate do autoritarismo do Antigo Regime, causava insatisfação popular e conflitos com a Assembleia. Os bonapartistas e opositores do regime, perseguidos pela repressão, sentiram-se forçados a emigrar. De antigos combatentes do exército de Napoleão a servidores do governo bonapartista que haviam perdido suas funções, muitos buscavam em outras regiões oportunidades para recomeçar a vida. Neste contexto, as Américas surgem como ambientes atrativos e promissores para uma nova vida (VIDAL & DE LUCA, 2009).

No início do século XIX, Rio de Janeiro aparecia como o principal centro exportador de café, cultura que começava a fortalecer-se pela recente portuguesa fortalecia-se com a recém cultura do café, tornando o Rio de Janeiro o centro exportador (MELO, 2008). Em 1810, no recém instituído Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Martins (2009, p. 29-30) destaca que os principais centros urbanos como o Rio de Janeiro, Salvador e o Recife,

"receberam engenheiros, artesãos, artistas e comerciantes, que imprimiram marcas na cultura e no cotidiano daquelas capitais", uma vez que estes imigrantes deram um ar de "civilidade" e praticaram melhorias aos serviços especializados, destinados a atender a demanda da corte. Grande parte destes franceses eram pessoas comuns que atuavam como modistas, cozinheiros, padeiros, ourives, cabeleireiros. Esta abertura, fazia parte das intenções de D. João VI em dar um ar europeu e civilizado ao Brasil o que motivou o estreitamento das relações com a França.

Neste contexto, convém ressaltar a Missão Artística Francesa de 1816, mobilizada a partir de um jogo de interesses entre o rei de Portugal e os franceses (VIDAL & DE LUCA, 2009). Para D. João VI, o desenvolvimento das artes modifica tanto as paisagens urbanas como difunde um sentimento cultural mais civilizado na sociedade. Já para alguns artistas franceses, sob a liderança de Joachim LeBreton, a vinda para o Brasil seria uma forma de escapar do ambiente de perseguição aos bonapartistas. Nesta situação, encontrava-se o famoso pintor Jean-Baptiste Debret que chegou ao Brasil integrado à Missão Francesa. Em 1805, Debret fazia parte do seleto grupo de artistas da corte de Napoleão. No ano em que Napoleão foi deposto, em 1814, Debret apresentava a sua última alegoria nos salões parisienses e pode presenciar os últimos eventos do imperador francês. Para alguns, o retorno da monarquia inviabilizava a vida pessoal e profissional dos opositores ao recém instaurado regime monárquico. Assim, a emigração e o exílio voluntário parecia ser melhor opção destes bonapartistas enquanto esperavam os ânimos na monarquia francesa se arrefecerem.

Entre os franceses que se exilaram fugindo da repressão do rei francês Carlos X estava o livreiro e editor Pierre Plancher. Em 1824, Plancher chegava ao Rio de Janeiro, juntamente o impressor Justin Cremière. Perseguido pela polícia parisiense pela sua atuação política, Plancher buscava no Brasil uma oportunidade de continuar suas atividades de impressor. Chegava ao Rio de Janeiro com seus equipamentos de tipografia e um estoque de livros que ficaram, provisoriamente, retidos no Alfândega. A demora pela liberação de sua bagagem o fez solicitar diretamente ao então imperador, D. Pedro I. Para Plancher e para outros franceses, o Brasil parecia um ser mercado promissor, representado pela combinação entre uma nação liberal e o interesse pelo progresso (MOREL, 2016).

A admiração de D. Pedro I por Napoleão Bonaparte, a afinidade com o pensamento liberal de Benjamin Constant, sendo Plancher editor do próprio Constant, favoreceram o

prestígio da tipografia de Plancher. Em 1830, Plancher recebe o título de "Impressor Livreiro, de S. M. o Imperador" (MOREL, 2016). Além de imprimir documentos oficiais, a tipografia de Plancher edita e imprime livros e periódicos e fundador, dentre outros, A Sentinela e o periódico que se tonaria o mais importante da Corte, o conservador *Jornal do Commercio*. Em 1832, decidiu a regressar à Paris, Plancher vende sua tipografia a dois franceses, Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot, que venderia, posteriormente, a sua parte a Villeneuve.

Segundo Morel (2016), Pierre Plancher era um respeitado livreiro-editor em Paris com longa experiência no mercado editorial francês, trabalhava desde jovem em tipografias. Em 1812, conseguiu a sua permissão de livreiro, o *brevet*, que lhe dava o direito de comercializar livros. Em suas estantes constavam livros sobre política e outros relacionados ao governo de Napoleão e ao pensamento liberal francês. Tal como na França, a rede de relacionamentos de Plancher ligava-o às elites letradas e ao pensamento liberal francês.

Com o objetivo de atender aos interesses das elites intelectuais e do governo imperial em difundir uma política cultural e o ideário governamental, Plancher aliava-se ao governo imperial, combinado aos seus interesses particulares. Como resultado, Plancher adquiriu aliados e detratores que o acusavam de "fazer política para seu próprio bem e não para o chamado bem comum" (MOREL, 2016, p. 33).

O conturbado ambiente político que resultou na abdicação do imperador e a agitação política e social no período Regencial, não impediu que imigrantes franceses continuassem a ver o Brasil como opção favorável para estabelecer novos negócios. Apesar do exotismo de uma nação com uma economia baseada na escravidão, a atração pelo Brasil era proporcionada tanto pelos interesses do governo e das elites políticas e ilustradas da época, como pelo governo francês e pelos franceses que já haviam se estabelecido e mantinham suas redes de relacionamento na França. Os anseios em construir uma nação sem os resquícios do Antigo Regime representado pelos monarcas portugueses e de estabelecer uma imagem de progresso perante as nações europeias motivaram o favorecimento às relações diplomáticas entre Brasil e França (VIDAL & DE LUCA, 2009).

Elementos da cultura francesa como o idioma tornava-se cada vez mais comum no cotidiano da sociedade fluminense. Vários fatores conduziram para a aclimatação da cultura francesa no Brasil, como a língua francesa obrigatória nos liceus particulares, a difusão da

literatura francesa em seu idioma original, a circulação de viajantes estrangeiros, imigrantes franceses e de brasileiros e portugueses em trânsito para Paris, assim como o reconhecimento da França como capital da cultura favoreceram o favorecimento da cultura francesa.

No Rio de Janeiro, surge um microcosmo francês na rua do Ouvidor, localizada no centro comercial da cidade Rio de Janeiro, próxima da Alfândega, da Praça do Comércio e do Valongo. Ponto de encontro das elites para compras de artigos de luxo, novidades europeias, livros ou mesmo para encomendar um novo modelo de vestido nas *maisons*, passar nas confeitarias e almoçar nos *restaurants*. A rua do Ouvidor tornava-se cada vez mais francesa, com o predomínio de comerciantes e moradores franceses nos sobrados da estreita rua (MACEDO, 1878). Em pouco tempo, os brasileiros assimilavam expressões francesas numa tentativa por vezes, desajeitada, como percebido pela francesa Adèle Toussaint (2003), ao relatar suas impressões sobre o Brasil em fins de 1840. Enquanto isso, o missionário Daniel Kindder (1972, p. 86) havia anotado em seu relatório que "o francês usurpou o lugar do latim, entre os brasileiros. Para a matrícula nos institutos superiores de ensino é indispensável o seu conhecimento, aliás bastante generalizado."

A difusão do francês propiciou que os livreiros expandissem seus negócios com o comércio de livros em francês. Nos jornais, é frequente a publicação de anúncios de livros em francês, que sugere uma boa aceitação do que estava sendo produzido na França, tanto em obras técnicas como em literatura. Para ilustrar, o anúncio publicado no *Jornal do Commercio* no dia 4 de junho de 1840, pela casa de Eduard e Henrique Laemmert, conhecidos por publicarem o Almanak Laemmert, divulgava livros recém-chegados, como as edições em francês de livros da área médica, como: "*Nouveau traité de pharmacie théorique et pratique, par Soubeirau, 2 volumes. Histoire abrégée des drogues simples, par Guibourt, 2 volumes*".

Livreiros e livrarias, o comércio francês de livros no Brasil

O comércio de livros no Brasil já existia desde o século XVIII de modo restrito e sob a vigilância da censura da Coroa Portuguesa. Com a vinda da Corte de D. João VI para o Rio de Janeiro abriu espaço para que a incipiente circulação de livros. Contudo, até 1820, a percepção de estrangeiros visitantes deixava claro que o comércio de livros ainda não havia

deslanchado. Laurence Hallewell (2012) destaca a percepção sobre o comércio de livros por dois estrangeiros que estiveram no Brasil em momentos distintos, o inglês Jonh Luccock, em 1808, e o escocês Alexander Caldecleugh, em 1820. Ambos observaram o pouco interesse dos habitantes por livros que sobravam nas lojas de livros.

Com a suspensão da prévia censura que impedia a impressão de escritos pelo decreto de 2 de março de 1821 pelo governo de D. Pedro I, o número de tipografias mais do que duplicou. O levantamento feito por Hallewell (2012, p. 837) para a cidade do Rio de Janeiro surgiram 25 tipografias apenas na primeira metade do século XIX. Cumpre lembrar que antes do decreto de 1821, apenas a Imprensa Régia, que passaria a ser chamada a partir de 1817 de Real Officina Typographica tinha autorização para imprimir no Brasil, exceto a tipografia de Silva Serva na Bahia, para atender as demandas de impressão oficiais nas províncias (HALLEWELL (2012)).

Por outro lado, medida imperial não provocou repercussões com relação ao número de lojas de livros, pois a restrição vislumbrava a impressão, e não ao comércio de livros, mesmo que restrito sob censura. A chegada de franceses, profissionais experientes no mercado editorial francês, como Pierre Plancher e Justin Crèmière, alargou o espaço disputado com brasileiros e portugueses.

A distância com a Europa não impediu que os livreiros franceses estabelecidos no Brasil mantivessem relações comerciais com a França e outros países europeus. A importação de livros era uma prática comum. Caixas de livros chegavam ao Porto do Rio de Janeiro em embarcações provenientes de portos europeus. Na década de 1830, grande parte dos livros eram franceses ou versões traduzidas de autores franceses. Nos inúmeros anúncios publicados nos principais jornais, vendiam-se todo tipo de livro, medicina, direito, dicionários e romances. O missionário metodista Daniel Parish Kidder (1972, p. 86) havia observado o grande volume de livros franceses nas lojas de livros quando esteve no Brasil nas décadas de 1830 e 1840, segundo o missionário, "basta que se dê ao trabalho de examinar os mostruários das livrarias e reparar como é grande o estoque de livros franceses."

O Almanak Laemmert (1843) publicado para o ano de 1844, registrava pelo menos dez livrarias na cidade do Rio de Janeiro. Entre os proprietários, destacamos os livreiros franceses Louis Mongie e Justin Crèmière. A loja de Crèmière, localizada na rua da Alfândega, mantinha três atividades como indicado no Almanak Laemmert (1843), loja de

livros, gabinete de leitura e tipografia. Assim como Louis Mongie, que se dividia entre loja de livros, gabinete de leitura e loja de papéis pintados.

Como os livros eram um produto caro para boa parte dos leitores, o gabinete de leitura surgia como uma boa opção e mantinha o estoque de livros em movimento. Em 1831, Cremière, instalado em novo endereço na rua do Ourives, n. 86, anunciava com grande entusiasmo no *Jornal do Commercio* que havia adquirido um novo gabinete de leitura com mais de 2 mil volumes que acabava de chegar da Europa, que junto dos livros que havia adquirido do velho amigo Pierre Plancher, somavam 7 mil volumes, destinados aos "amantes da leitura". Cremière destacava ainda o sortimento de todo tipo de obra, como as novelas de Walter Scott, Paul de Kock, Fenimore Cooper, Lord Byron, entre outros (JORNAL DO COMMERCIO, 28/10/1831).

O investimento feito por Cremière não denunciava seus problemas com devedores e com clientes que não haviam devolvido livros alugados. No *Jornal do Commercio* de janeiro de 1830 (JORNAL DO COMMERCIO, 18/01/1830), Cremière alertava que só estava aceitando novas assinaturas para o gabinete com o adiantamento de 10\$000, para evitar prejuízos. Com os contínuos problemas com devedores, a loja de Cremière se manteria até o falecimento de seu proprietário em 1851, cujo espólio é posto à venda pelo leiloeiro Carlos Tanière (JORNAL DO COMMERCIO, 29/09/1851).

Em dezembro de 1831, chegava ao Rio de Janeiro o experiente livreiro Louis Mongie, proveniente de uma família de livreiros em Paris. Seu pai, Pierre Mongie já era bem conhecido no cenário editorial francês e seu irmão, Léonard Mongie, também mantinha uma livraria em Paris. Com uma loja de papéis pintados e uma loja de livros, a loja de Mongie tinha o prestígio de ser considerada uma "preciosa fonte de civilização" pelo romancista Joaquim Manoel Macedo ao reservar um espaço em sua obra *Memórias sobre a Rua do Ouvidor* (1878). Para Macedo (1878, p. 300) a loja de livros de Mongie mantinha uma frequência de "homens de letras e pelos cultivadores das ciências, que achavam nela os melhores livros de publicação recente", e a simpatia e cultura de Louis Mongie animava uma boa conversa que reunia ilustrados, como Francisco de Sales Torres Homem.

A loja de Mongie viria a prosperar, abastecendo sua livraria com obras sobre os temas em debate, romances, e o que seria o carro-chefe, obras técnicas de direito, medicina e engenharia, políticas e clássicas. A loja se manteve ativa até 1853 quando foi vendida para

os negociantes Francisco Luiz Pinto e Frederico Waldemar Raheholue (JORNAL DO COMMERCIO, 14/9/1853).

A livraria francesa como espaço de sociabilidade e a construção da identidade nacional

Uma loja de livros não existia sozinha. Como todo e qualquer negócio, a livraria fazia parte de um circuito comercial e, portanto, o proprietário precisava cultivar redes sociais e comerciais. Na primeira metade do Oitocentos, a incipiente produção literária nacional não conseguia concorrer com o volume de livros importados, principalmente, de livros franceses. Uma das razões está relacionada com o mercado editorial na França em estágio bem mais adiantado do que o Brasil (DEAECTO, 2009). Só em Paris, havia centenas de profissionais com *brèvet* de livreiro, tanto a produção literária, como a produção editorial já marcavam espaço determinante no mercado europeu. O segundo fator é a aproximação das relações entre a França e o Brasil. A difusão da França como "metrópole cultural" não era gratuita e não dependia exclusivamente dos interesses nacionais em difundir a cultura para desenvolver a civilidade.

No caso das livrarias, as malhas de conexões comerciais formavam nos principais mercados editoriais europeus, como a França, Londres e Lisboa. Era contínuo o fluxo de chegada de caixas de livros para os lojistas locais. Até mesmo as impressões de livros de autores nacionais eram produzidas em Paris. Prática utilizada pelo editor Garnier, principalmente na década de 1860, era criticada pelos impressores locais por fato de não valorizar a produção local. Contudo, mesmo pagando o frete, o custo de produção era ainda mais baixo do que imprimir no Rio de Janeiro, considerando mais dois fatores, a qualidade material e o fato de tudo o que vem de Paris ser mais um atrativo (HALLEWELL, 2016).

Segundo Michel Espagne (2013), sob a ótica das transferências culturais, há uma relativização dos "lugares centrais" que são analisados tendo o seu acesso global de difusão e que não necessariamente precisa ser um espaço geográfico, mas um espaço de difusão, como uma biblioteca. Neste caso, tratamos as livrarias francesas como exemplares destes lugares centrais, que proporcionavam o acesso global aos locais.

Considerando a atuação dos livreiros franceses como mediadores nos processos de trocas culturais, entendemos que a rede de relacionamento dos livreiros poderia favorecer os

debates em torno do projeto de nação brasileira. A ambiguidade presente na construção de símbolos nacionais, como um modo a oferecer à população modelos de referência, ao lado da ideia de civilidade com bases europeias põe em pauta o papel dos livreiros franceses na importação e exportação de impressos configurando relações transatlânticas na troca de ideias. Neste sentido, vale aqui destacar o livro com um duplo papel, de objeto cultural, detentor de um valor simbólico, e como uma mercadoria inserida no contexto das relações mercantis (CHARTIER, 1994).

De modo geral, as lojas de livros tornavam-se centros agregadores de personalidades, intelectuais e letrados. Como espaço público informal, as livrarias tornavam-se um espaço físico híbrido, em que se configuram a "esfera pública" a "esfera literária e cultural", como espaço de sociabilidade, apontado por Marcos Morel (2016, p. 185):

José de Alencar, futuro deputado conservador em 1860, romancista e uma das principais vozes política e literária no processo ideológico de nação na segunda metade do século XIX, recorda em suas memórias as suas idas quando jovem ao gabinete de leitura de Crèmiere. Nesta época, absorvia a leitura de aventuras de Walter Scott, Eugène Sue, Alexandre Dumas (ALENCAR, 1893, p. 38-39). Os escritos de José de Alencar representam o papel social da literatura na constituição de uma imagem nacional.

Ricupero (2004, p. 37), depois de organizado o Estado com suas vilas, cidades e províncias, cumpre-se fazer a nação, "já que a nação não é algo dado, natural, ela terá que ser construída". Neste aspecto, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1834, constitui a institucionalização da criação de referências para a nação brasileira. A construção de uma história com bases nacionais era um dos principais elementos para firmar a ideia de nação. E a veia condutora desta historiografia partia da ideia da harmonia entre os brancos, negros e índios.

Na análise da biografia coletiva dos 27 sócios fundadores do IHGB, Ricupero (2004) identifica que 22 destes tiveram papel de destaque no governo, sendo a maioria formada em Direito. Já na análise dos principais agente políticos e culturais participantes da opinião pública na imprensa, realizado por Morel (2016), a maioria havia se destacado como conselheiros de Sua Majestade, foram deputados, ministros ou presidentes de província. Como destaca Morel (2016), a figura do "deputado-redator" não era incomum, como

Evaristo da Veiga, José Bonifácio e Francisco de Salles Torres Homem. Este último, seria lembrado como um dos frequentadores da livraria de Louis Mongie (MACEDO, 1978).

Da mesma forma que os sócios do IHGB, os biografados de Morel, também tinha o Direito como formação mais comum, seguido de Medicina. Como já destacado, o livreiro Mongie parecia dar ênfase aos livros técnicos, de Direito e de Medicina. No período de 1830 a 1840, é bastante comum anúncios de livros destes seguimentos como o anúncio de Louis Mongie no *Jornal do Commercio* de 2/8/1837 que divulgava a venda de obras jurídicas como: “Repertorio das leis extravagantes, por Fernando Thomaz, 2 vol.; Direito mercantil, por Lisboa, 2 vols.”, além de obras matemática como a “Algebra de Lacroix, Arithimetica de Bezout, 1 vol.”

Portanto, as livrarias tornavam-se não apenas local de atualização literária e científica, mas ponto de encontro daqueles que buscavam compartilhar os debates culturais e políticos. Tais debates e ações políticas e culturais se manifestaram no longo século XIX, com o aporte de diferentes vozes e interesses.

Considerações finais

Ao enfatizar as transformações de novos espaços públicos a partir da dinâmica da imprensa, das redes de sociabilidade, das associações, das facções políticas mobilizavam a opinião pública, Morel (2016) demonstrou o quanto a difusão de ideias dos ambientes letrados como a imprensa e as livrarias permitiram mobilizar os sentimentos dos brasileiros neste movimento de construção de uma identidade nacional. Considerando a ideia de multiculturalismo em que as margens disputam espaço a pedagogia do Estado, os símbolos nacionais que seriam concebidos pelas elites ilustradas e intelectuais ao modelar uma simbologia nacional, a difusão do pensamento liberal nos moldes franceses, destoavam do conservadorismo, ao mesmo tempo que imprimiam um ideal de civilização, aclimatada nos moldes tropicais.

As estratégias dos livreiros franceses em driblar as possíveis dificuldades de angariar leitores, tendo em vista o alto preço dos livros, levaram a incluir em suas estantes obras mais populares, liderado pelos romances-folhetins vertidos em livros e publicados volumes mais baratos, assim como a introdução da prática do aluguel de livro praticado nos gabinetes de

leitura. Ao passo que alguns livreiros, como Louis Mongie, tenham optado por se especializar no segmento de livros técnicos, políticos e filosóficos, mantinha a sua livraria como espaço de sociabilidade que atraía políticos, intelectuais e literatos. Se as obras filosóficas, de teoria política e de direito, de história e biografias transportavam as novas ideias que circulavam na Europa, os romances provocavam os leitores e leitoras a pensarem sobre questões distantes de suas realidades.

Por fim, algumas questões ainda carecem de respostas. Contudo, apenas podemos inferir sobre o papel social dos livreiros e suas lojas de livros como difusores de pensamentos e de circulação de ideias. Livreiros franceses como Pierre Plancher, Louis Mongie e Crèmiere todos constituíram seus negócios em terras brasileiras e transformaram as livrarias em espaços de sociabilidade e local privilegiado para debates sobre a identidade nacional. Contudo, estudos futuros poderão aprofundar estas primeiras impressões com o objetivo de entender o papel das livrarias de imigrantes franceses nas dimensões sociais, culturais e política.

Referências Bibliográficas

Fontes:

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno bissexto de 1844. Rio de Janeiro: Casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

BRASIL. Decreto de 2 de março de 1821. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-2-3-1821.htm Acessado em: 09/10/2018.

Jornal de Commercio, 20/11/1830

Jornal do Commercio, 28/10/1831

Jornal do Commercio, 18/01/1831

Jornal do Commercio, 4/6/1840

Jornal do Commercio, 29/9/1851

Jornal do Commercio, 14/9/1853.

Bibliografia Geral

ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista. 1ª edição. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1893

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Cia das Letras: São Paulo, 2008.

SMITH, Anthony. Ethno-symbolism and Nationalism: a cultural approach. Routledge: Oxon/ New York, 2009.

CHARTIER, Roger. A ordem do livro. Brasília: Editora da UnB, 1994.

CHARTIER, Roger. Práticas e Representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

ESPAGNE, Michel. La notion de transfert culturel. Revue Sciences/Lettres, 1 | 2013, 01 mai. 2012. Acessado em: 29 out. de 2017. Disponível em: <http://rsl.revues.org/219>

FEVBRE, MARTIN, História do Livro no Ocidente

HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil. Sua História. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GELLNER, Ernest. Nações e Nacionalismo. Gradiva: Lisboa, 1993.

GRANJA, Lucia. Um editor no espaço público: Baptiste-Louis Garnier e a consolidação da coleção em Literatura Brasileira. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 45 (3): p. 1205-1216, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/594> Acessado em: 04/12/2018

MARTINS, Ana Luiza. Presença Imigrante Francesa no Brasil: Entre visões do paraíso e mercados de trabalho. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia de (orgs.). Franceses no Brasil século XIX-XX. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MELO, Hildete Pereira de. A Zona Rio Cafeeira: uma expansão pioneira. G&DR • v. 4, n. 3 (número especial), p. 49-82, ago/2008, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: http://www.rbgdr.net/extra_n02/artigo3.pdf. Acessado em: 24/05/2019.

MIALHE, Jorge Luís. A Emigração Francesa para o Brasil pelo Porto de Bordeaux: século XIX e XX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia de (orgs.). Franceses no Brasil século XIX-XX. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOREL, Marcos. Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). Jundiaí: PACO, 2016.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

RICUPERO, Bernardo. O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, Ozângela de Arruda: Pelas rotas dos livros: circulação de romances e conexões Comerciais em Fortaleza (1870-1891). Dissertação (Mestrado em História e Teoria Literária). Campinas, SP: [s.n.], 2009

VIDAL, Laurent; DE LUCA, Tânia Regina (org). Franceses no Brasil séculos XIX-XX. São Paulo: Unesp, 2009.